



Socialistas recusam fusão dos serviços secretos

Informações. Proposta governamental pode provocar ruptura num velho acordo no bloco central alargado. PS não concorda

JOÃO PEDRO HENRIQUES

A organização dos serviços secretos tem sido sempre objecto de consenso entre os três partidos do chamado "arco governamental" (PSD, PS e CDS) mas desta vez, se Passos Coelho insistir na ideia de fundir num só serviço o SIS (secreta interna) e o SIED (secreta externa), esse consenso poderá ser colocado em risco.

O PS tem-se oposto por norma a esta fusão – os socialistas estiveram seis anos no Governo e continuam a existir dois serviços – e nada aponta para que a posição do partido mude. Como ontem recordava ao DN um dirigente socialista, "o que havia para ser feito já foi feito, nomeadamente a criação de uma figura, dependente do primeiro-ministro, que tem por missão articular o SIS e o SIED – o secretário-geral dos Serviços de Informações da República (SG-SIRP). Os socialistas argumentam também que a solução do serviço único tem poucos seguidores na Europa – na verdade, entre os principais países apenas na Espanha (ver exemplos em baixo).

Falando ao DN, um dos principais "seguristas" na direcção do

grupo parlamentar, António Braga, reafirmou, embora a título pessoal, ser contra essa fusão, dizendo que os dois serviços têm "especificidades próprias" que aconselha a que se mantenham em funcionamento autónomo, embora articulados pelo tal SG-SIRP (cargo vago desde há dias, com a demissão de Júlio Pereira). "É importante haver articulação, fusão não", acrescentou Braga – um dos nomes que se fala para a sucessão de Maria de Belém na liderança do grupo parlamentar.

A questão da fusão dos dois serviços ganha relevo na agenda política quando o Governo levar ao Parlamento as propostas que concretizarão o seu programa. Neste, a promessa é "valorizar o papel das informações, consagrando medidas de reforço de coordenação da sua actividade,

que poderão passar pela implementação de um serviço único, com direcções separadas para a área interna e para a externa, mas com serviços técnicos e de apoio conjuntos". Uma promessa feita em nome da necessidade de "não desperdiçar recursos", originando "economias de escala que propiciem um maior grau de realização dos objectivos traçados".



Audiência no Parlamento ao 'ex-espião' Silva Carvalho deverá ser decidida ainda hoje

MUDANÇAS Reforma imporá mudança das chefias

A reestruturação dos serviços de informações – adoptando um modelo dado como inevitável há duas décadas pelo falecido general Pedro Cardoso, embora reconhecendo a inviabilidade da sua aplicação por tempo indeterminado devido a razões políticas – deverá implicar a mudança das principais chefias. A par dos argumentos operacionais e financeiros, a reforma (ver

texto principal) tem subjacente a desconfiança do PSD sobre a actuação recente das "secretas", mais em função dos interesses do Governo PS e menos dos do Estado. Além do demissionário secretário-geral (SG), Júlio Pereira, estão em causa os directores do SIED, José Morgado (ex-chefe de gabinete do SG), e do SIS, Horácio Pinto (ex-director adjunto). M. C. F.

Hoje a comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais vai reunir e deverá agendar a discussão das notícias do *Expresso* que dizem que Jorge Silva Carvalho transmitiu informação reservada do SIED (serviço que chefiava) para a Ongoing (empresa onde agora trabalha) ainda antes de sair. Para já está pensada a realização de audiências com o ex-deputado socialista Marques Júnior, coordenador do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação; outra com Silva Carvalho, que quer ser ouvido no Parlamento sobre as polémicas em que está envolvido. Hoje serão marcadas.

LÁ FORA

ESPAÑA

Este é o modelo para o qual o primeiro-ministro parece inclinar-se: um único serviço de informações, que no caso se chama Centro Nacional de Inteligência (CNI). Depende directamente do Ministério da Defesa. Há porém outros organismos (policiais, por exemplo) que recolhem informações e a coordenação entre eles cabe a uma comissão presidida pelo vice-presidente do Governo. Integram-na vários membros do Governo (Negócios Estrangeiros, Defesa, Economia, Interior). O orçamento do CNI é secreto mas a sua execução é controlada pelo Parlamento.

FRANÇA

A estrutura actual dos serviços secretos portugueses segue de muito perto a organização francesa. Dois serviços: um interno (dependente do ministério do Interior) e outro externo (dependente da Defesa). E um coordenador nacional das informações (cargo equivalente ao português secretário-geral dos Serviços de Informações da República), que em França depende do Presidente da República (o sistema é presidencialista) e em Portugal do primeiro-ministro. No Ministério do Interior existe ainda uma Unidade de Coordenação da Luta Anti-Terrorista.

ALEMANHA

O sistema alemão é muito complexo dada a natureza federal do país. Coexiste, portanto, uma organização nacional com outras de âmbito estadual. Nacionalmente, porém a estrutura é simples, integrando três serviços de informações: um interno, outro externo e outro militar. Existem dois organismos de controlo: o Painel de Controlo Parlamentar e a chamada "Comissão G 10", que autoriza escutas outras formas de interceptação de comunicações. Na Alemanha, ao contrário do que acontece em Portugal, os serviços secretos podem fazer escutas.

REINO UNIDO

A literatura e o cinema encarregaram-se de explicar ao mundo como funcionam os serviços secretos britânico: temos por um lado o MI5, que recolhe informações dentro de fronteiras (é o equivalente ao nosso SIS), que responde perante o ministro do Interior; depois o MI6, para informações externas (o equivalente ao SIED nacional), que funciona respondendo ao MNE britânico. Os serviços secretos britânico podem fazer escutas. A comissão fiscalizadora é composta por membros do Parlamento que, no entanto, não eleitos mas sim escolhidos pelo primeiro-ministro.